MEDICINA DIAGNÓSTICA

ABRAMED

Milva Pagano | diretora-executiva

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO

01 **Como a entidade avalia a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e quais são as principais expectativas do setor em relação à condução das políticas públicas de saúde e ao ambiente de negócios nos próximos quatro anos?**

A Abramed cumprimenta o presidente reeleito, Luiz Inácio Lula da Silva, deseja pleno sucesso em seu mandato e se coloca à total disposição para colaborar em temas da saúde.

Na nossa área, entendemos que o acesso da população a serviços de saúde com qualidade e segurança deve ter especial atenção na agenda do presidente, do Ministério da Saúde e de outras pastas afins ao tema, como Fazenda, Planejamento e Casa Civil. Seguimos comprometidos com a ética e a governança e reforçamos a relevância da medicina diagnóstica como base da jornada do cuidado ao longo de toda a vida das pessoas.

Também esperamos um ambiente regulatório e econômico que ofereça segurança jurídica, previsibilidade e condições para a continuidade dos investimentos em tecnologia, inovação e qualidade assistencial.

02 **Quais são as três principais demandas que a entidade pretende apresentar ao governo federal para o mandato de 2027 a 2030? Que medidas considera mais urgentes para assegurar a sustentabilidade econômica, ampliar o acesso da população à saúde e estimular investimentos no setor?**

Diagnosticar no tempo certo é condição para cuidar melhor. É a partir dessa ideia que a Abramed apresenta ao novo governo três demandas, que se complementam.

Primeira demanda: sustentabilidade do sistema, com qualidade e segurança assistencial. Sustentabilidade, na medicina diagnóstica, não significa fazer mais exames, mas garantir que cada procedimento tenha indicação adequada e gere valor clínico para o paciente. Isso exige processos seguros, estabelecimentos devidamente licenciados e profissionais qualificados, além de condições econômicas que permitam aos serviços manter suas operações, investir em tecnologia, atualizar equipamentos e ampliar o acesso da população. Um setor economicamente sustentável é fundamental para assegurar a qualidade da assistência, evitar desperdícios e contribuir para o uso eficiente dos recursos do sistema de saúde.

Segunda demanda: interoperabilidade e inteligência artificial, com governança. Um resultado só ajuda quando chega ao profissional certo, no momento em que pode orientar a conduta. A interoperabilidade permite que sistemas de laboratórios, hospitais e operadoras troquem informações com segurança, facilitando o acesso ao histórico do paciente e evitando a repetição desnecessária de exames. Da mesma forma, a inteligência artificial, quando utilizada com validação técnica, segurança e governança, pode ampliar a capacidade diagnóstica, otimizar processos e contribuir para uma assistência mais eficiente.

Terceira demanda: fortalecimento das políticas de prevenção, diagnóstico precoce e acompanhamento das doenças crônicas. O envelhecimento da população e o aumento da prevalência de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, exigem um sistema de saúde preparado para acompanhar as pessoas ao longo de toda a vida. Nesse cenário, é fundamental fortalecer políticas públicas que valorizem o diagnóstico oportuno, ampliem o acesso aos exames e reduzam as desigualdades regionais. Identificar doenças precocemente e acompanhar sua evolução permite intervenções mais adequadas, melhores desfechos clínicos e maior eficiência na utilização dos recursos.

Essas três demandas convergem para um mesmo objetivo: garantir que o paciente tenha acesso ao exame certo, no momento adequado, com qualidade e segurança. Para isso, é essencial reconhecer o valor estratégico da medicina diagnóstica e assegurar condições para que o setor continue investindo, inovando e contribuindo para a sustentabilidade do sistema de saúde brasileiro.

03 **Que decisões concretas o próximo governo deveria tomar já em 2027 para atender às necessidades do segmento? Quais mudanças regulatórias, tributárias, de financiamento ou de políticas públicas são consideradas fundamentais e que resultados a entidade espera alcançar até 2030?**

Para sustentar essas três demandas, a agenda do próximo governo precisa reconhecer o papel estratégico da medicina diagnóstica na prevenção, na identificação precoce de doenças e no acompanhamento da saúde ao longo de toda a vida.

Uma das prioridades é o avanço do PL 5.478/2025, que institui a Política Nacional de Diagnóstico Laboratorial (PNDL). A Abramed defende o apoio do governo federal à aprovação e à implementação dessa política, que busca fortalecer a qualidade dos serviços, a integração dos dados e a sustentabilidade do financiamento do diagnóstico laboratorial no SUS.

A entidade também considera fundamental avançar na construção de um ambiente regulatório e tributário que ofereça segurança jurídica, previsibilidade e condições para investimentos. Isso inclui uma regulamentação sanitária proporcional aos riscos das atividades, maior uniformidade na aplicação das normas pelas vigilâncias sanitárias e atenção aos impactos da Reforma Tributária sobre as empresas do setor.

No financiamento, é importante avançar na discussão sobre a remuneração dos exames realizados para o SUS, considerando os custos reais dos serviços, além de criar condições que favoreçam a atualização tecnológica, a inovação e a ampliação do acesso ao diagnóstico.

Até 2030, a expectativa é avançar na integração dos dados de saúde, ampliar o acesso ao diagnóstico oportuno, reduzir desigualdades regionais e fortalecer as condições para que a medicina diagnóstica continue contribuindo para a qualidade da assistência e a sustentabilidade do sistema de saúde brasileiro.